

ATA N.º 16 (REUNIÃO PRIVADA)

ooxxxoo

000

ABERTURA DA REUNIÃO

------ O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA **ORDEM DO DIA** (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ------

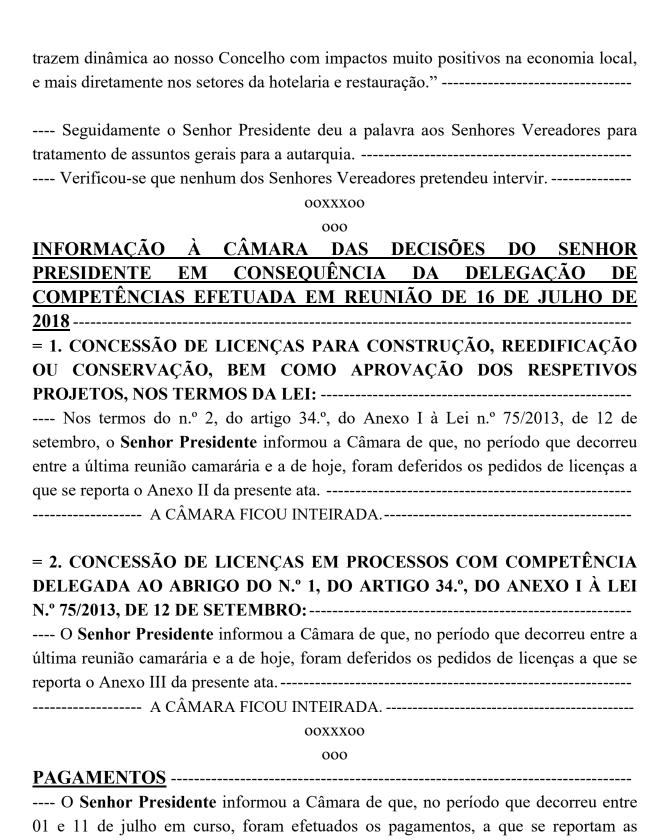
ooxxxoo

000

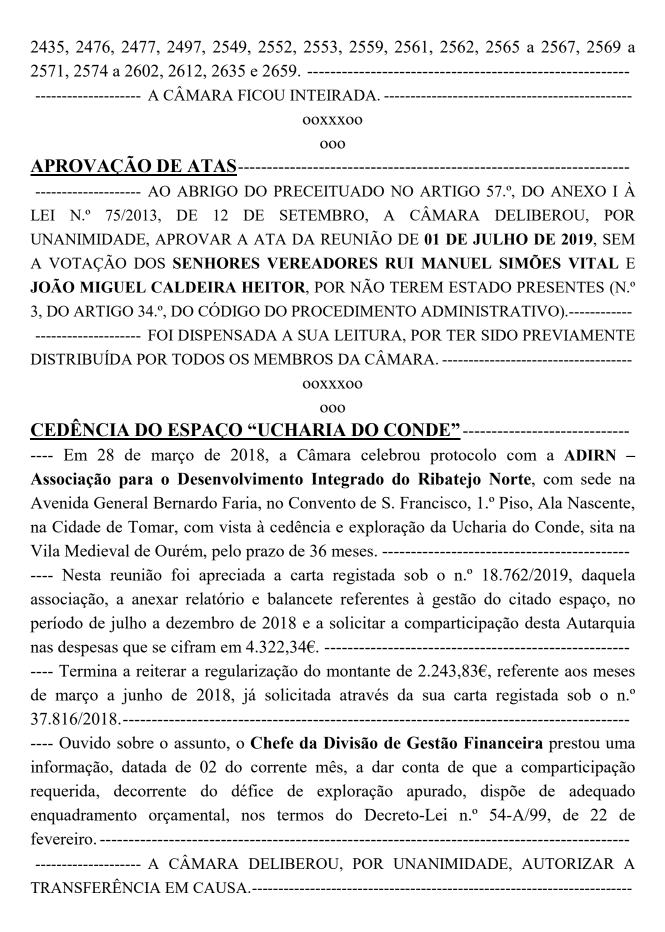
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ter escolhido o nosso Concelho para tão prestigiada prova, e aproveitar para dar os parabéns pela excelente organização de todo o evento. São eventos deste nível que





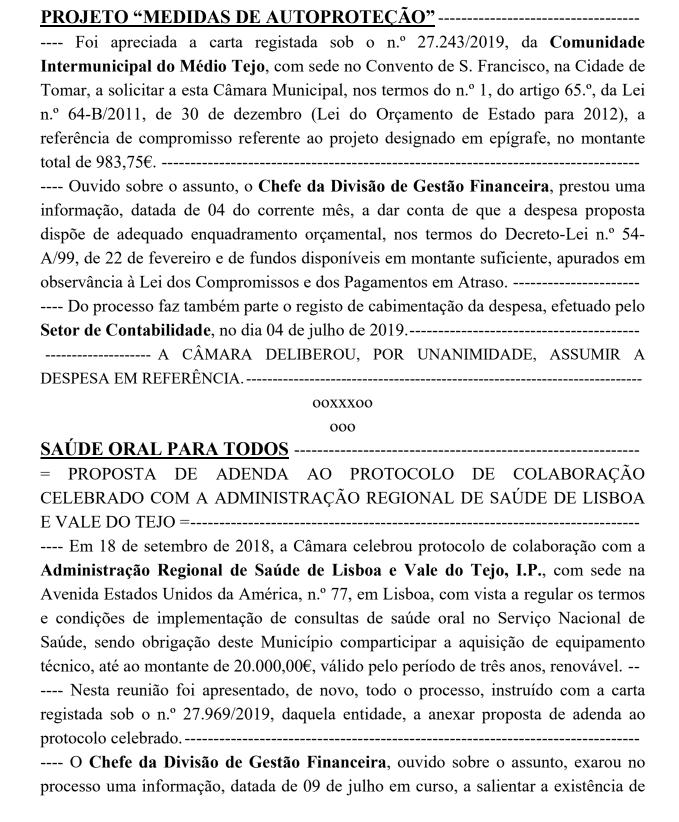
autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 345.717,61€: 1813, 2259, 2282, 2351, 2352, 2363,

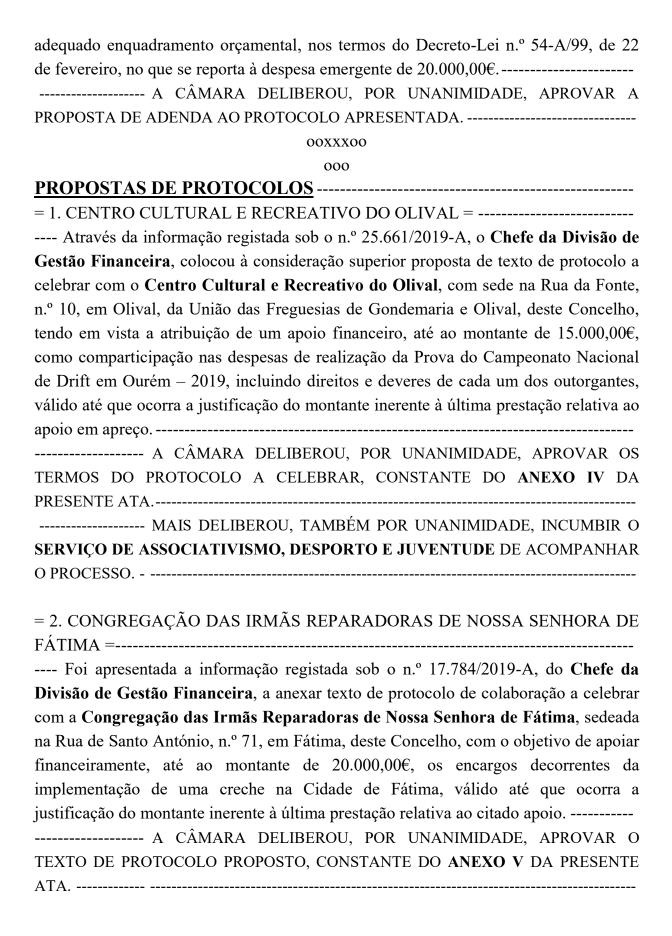




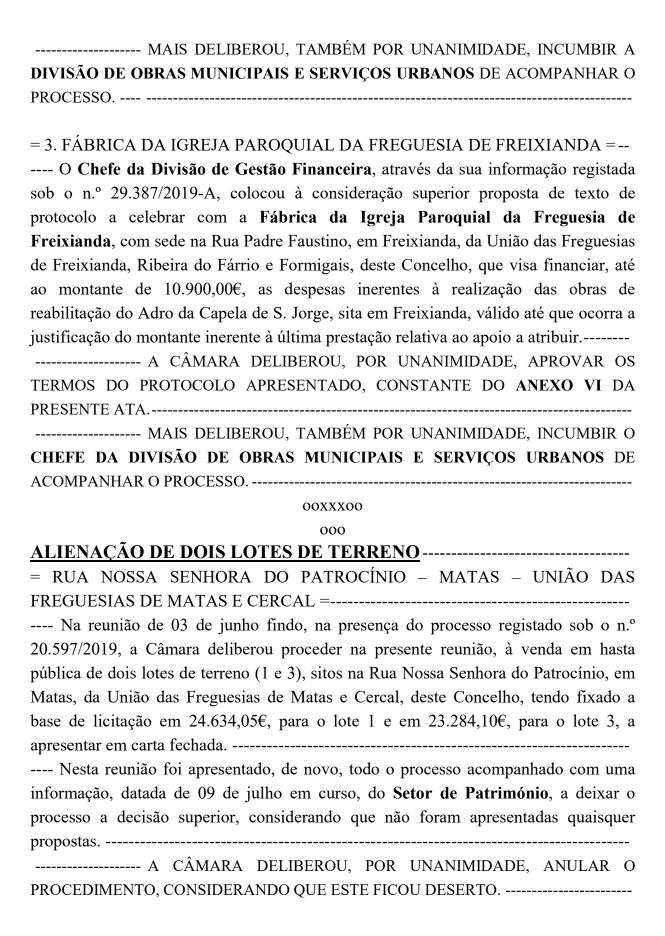
ooxxxoo

000

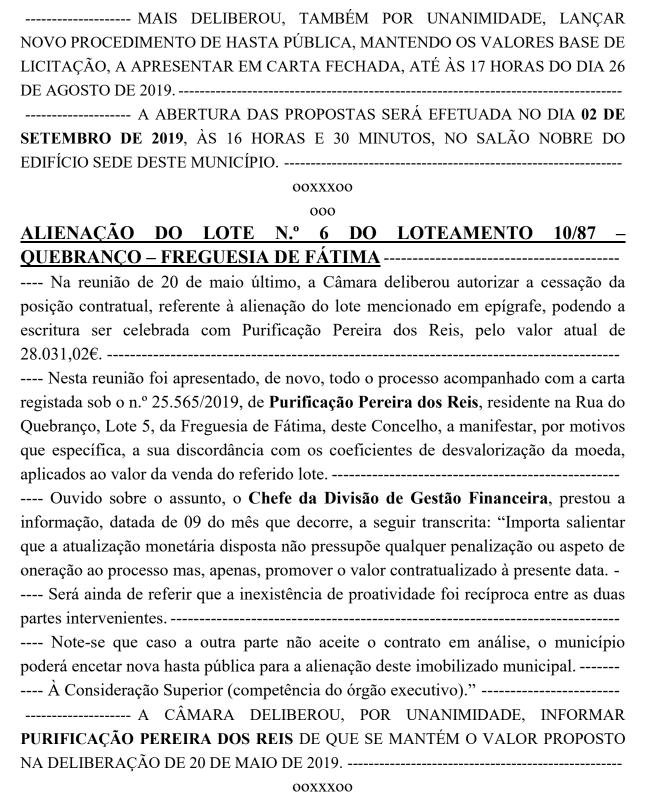


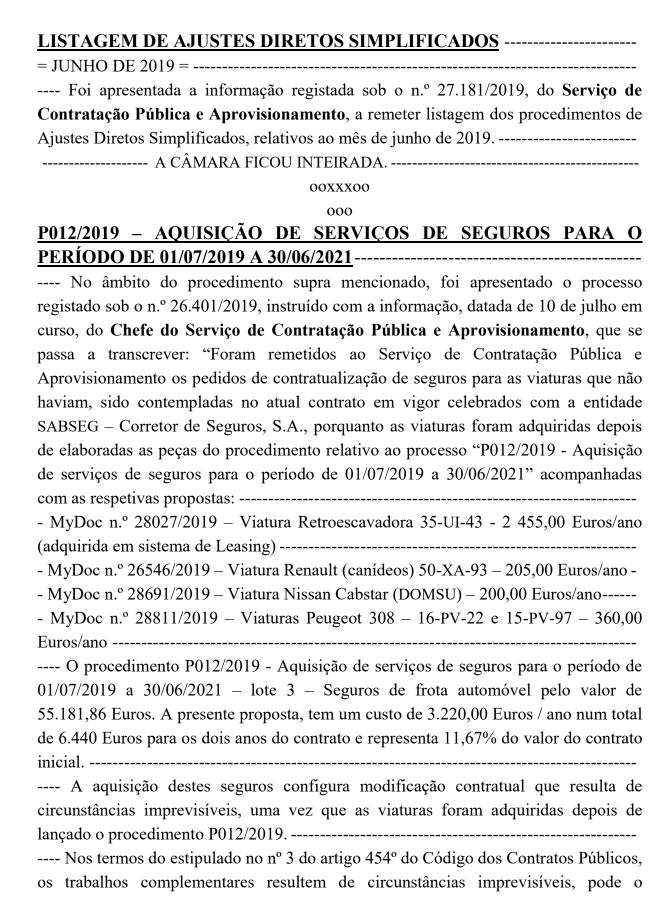


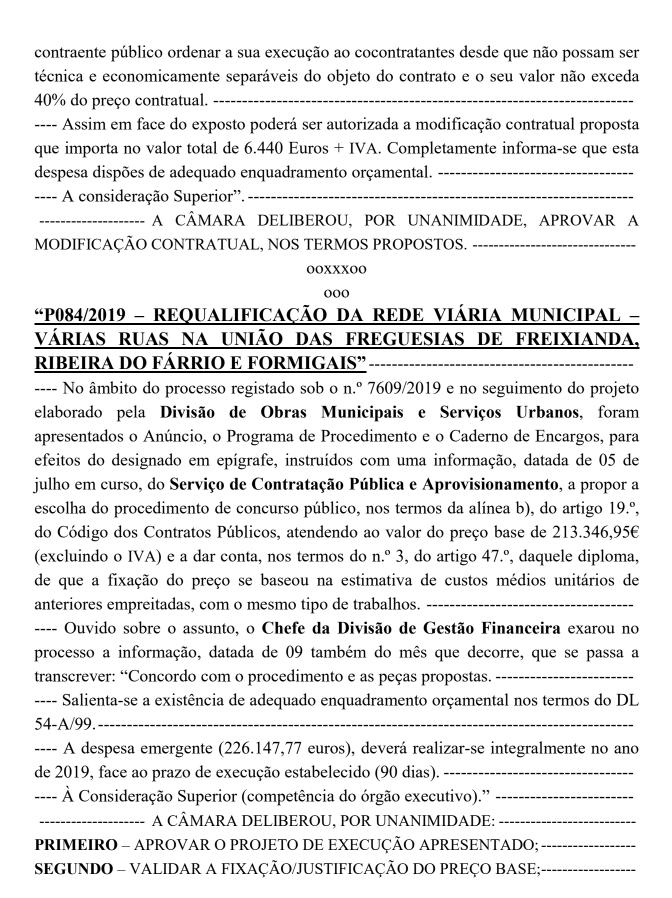












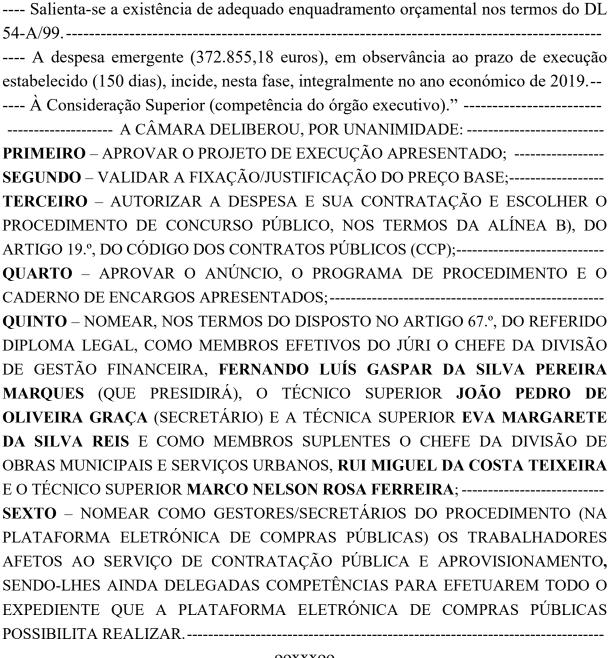


TERCEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO ARTIGO 19.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP);-----QUARTO – APROVAR O ANÚNCIO, O PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS; ------QUINTO – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67.º, DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO (QUE PRESIDIRÁ), O CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS, RUI MIGUEL DA COSTA TEIXEIRA (SECRETÁRIO) E O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E COMO MEMBROS SUPLENTES OS TÉCNICOS SUPERIORES JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA GRAÇA E EVA MARGARETE DA SILVA REIS;-----SEXTO – NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS), OS TRABALHADORES AFETOS AO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, SENDO-LHES AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE QUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR.-----

ooxxxoo

000

"P086/2019 – REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA DA ZONA DA LOMBA DE ÉGUA E TRAVESSA DE SANTA CLARA - FÁTIMA"------



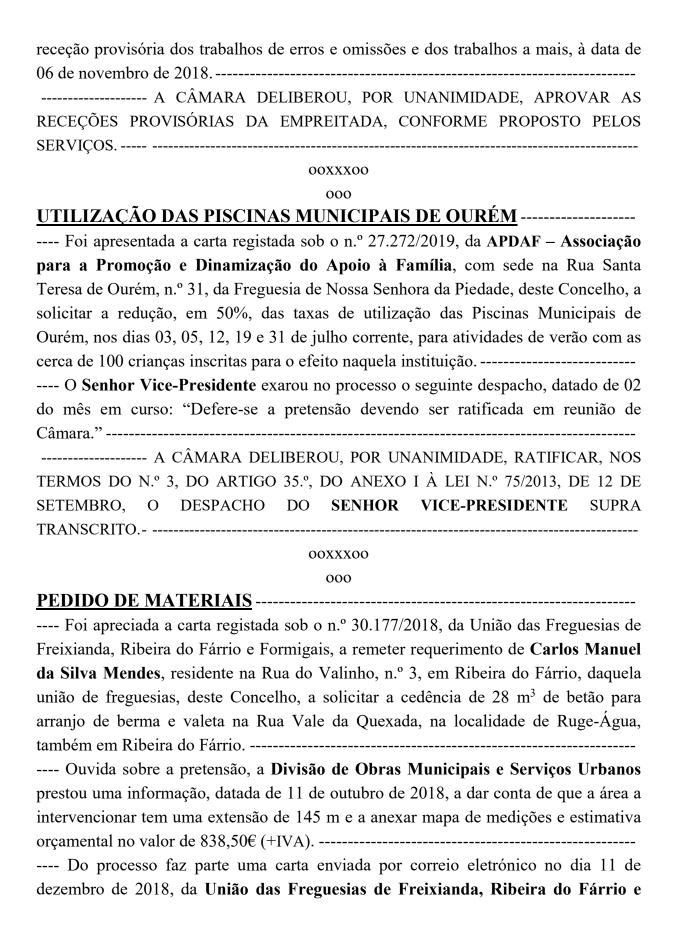
ooxxxoo

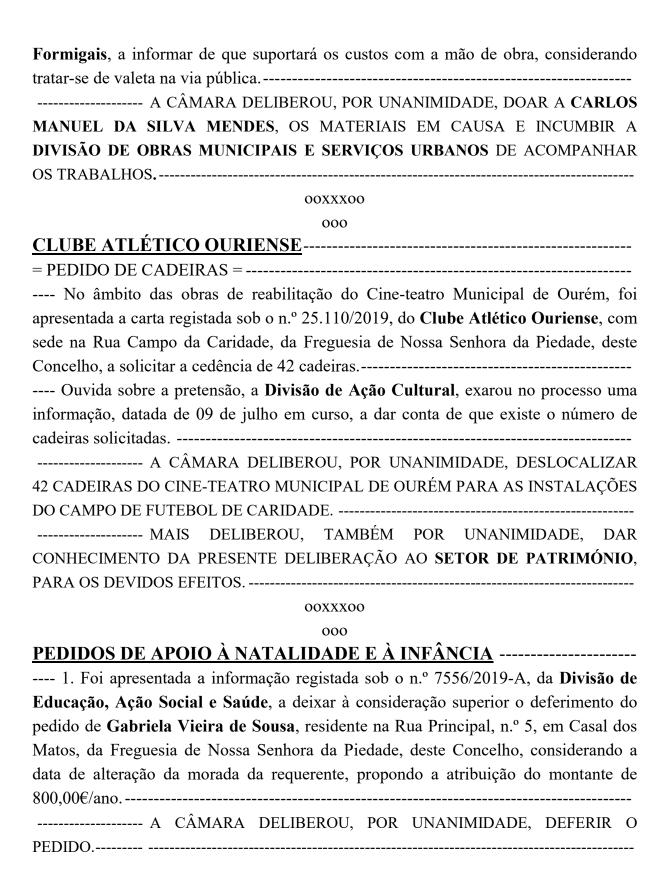
000

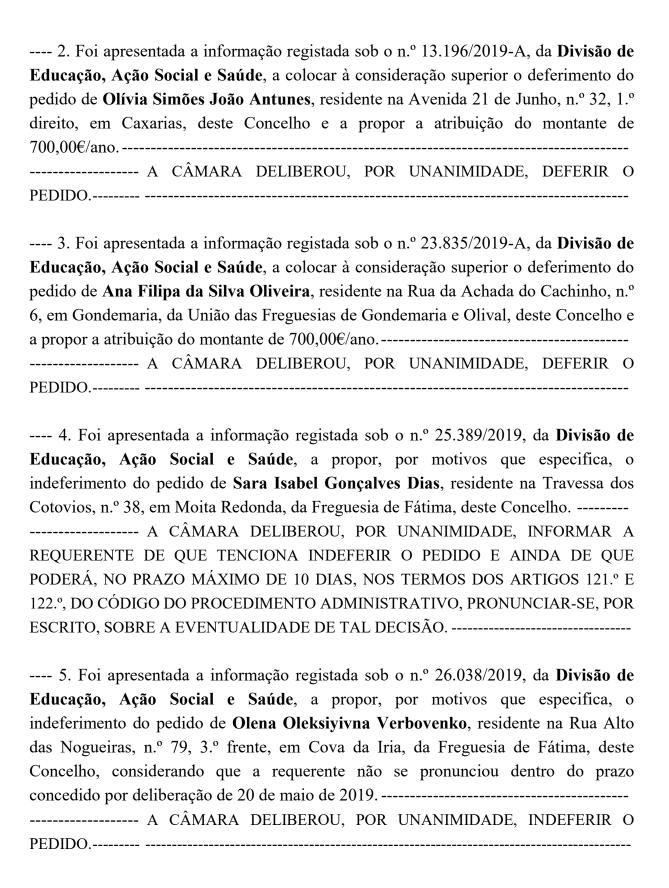
REABILITAÇÃO DO "CAMINHO MUNICIPAL P028/2016 MATAS/ESPITE" – 2.ª FASE -----

= RECEÇÃO PROVISÓRIA =-----

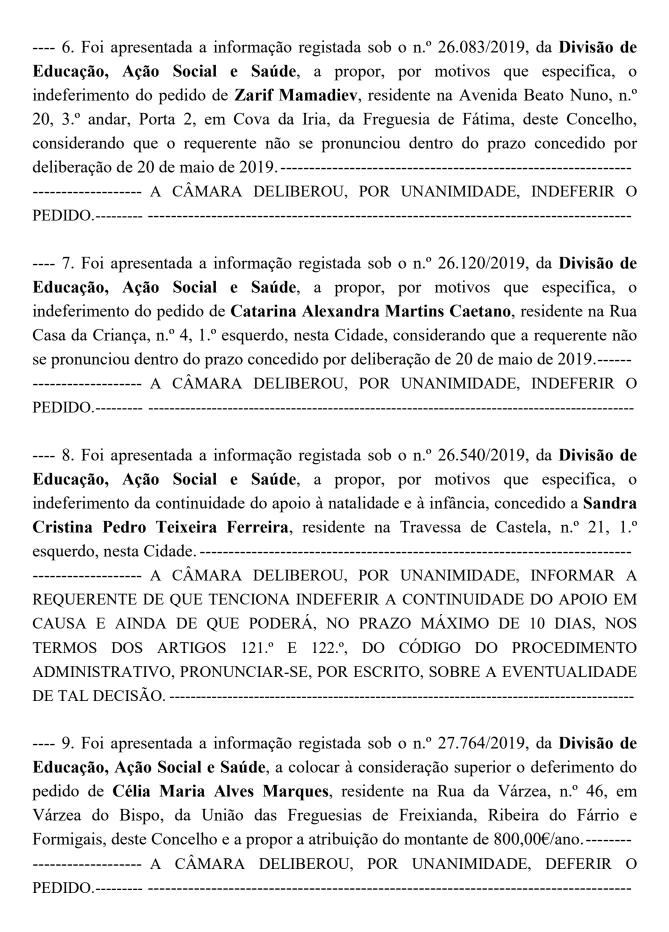
---- A Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, através da informação registada sob o n.º 20.843/2019, informou de que, pese embora a empreitada esteja a ser utilizada, é urgente formalizar-se a sua receção provisória, por forma a encerrar o processo e a propor a receção provisória da obra, à data de 31 de outubro de 2017 e a



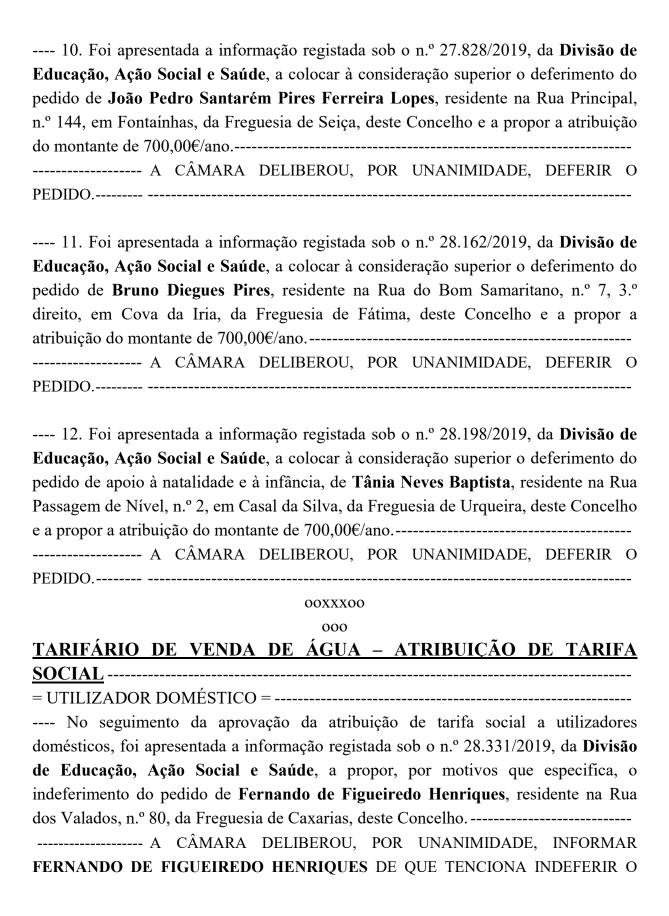












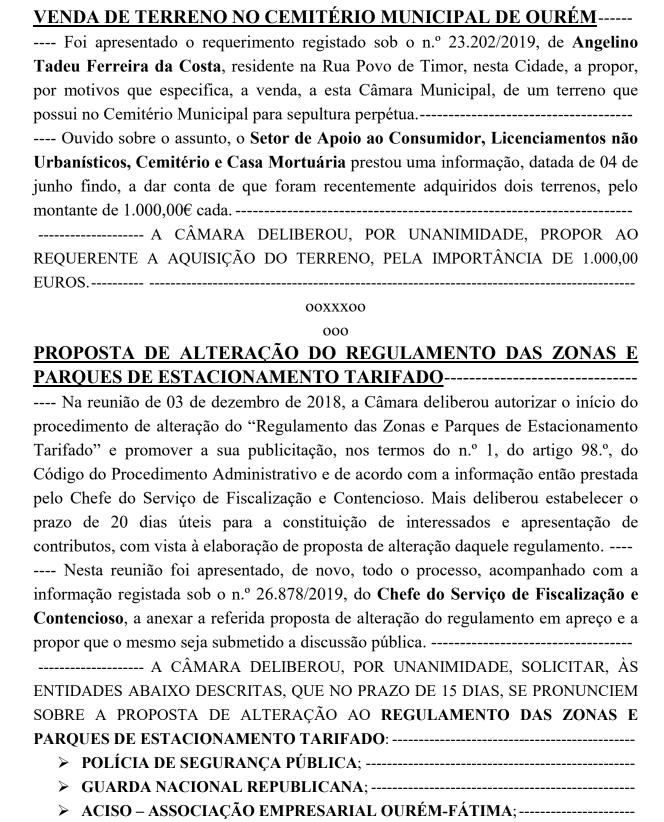
PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 121.º E 122.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO. ------

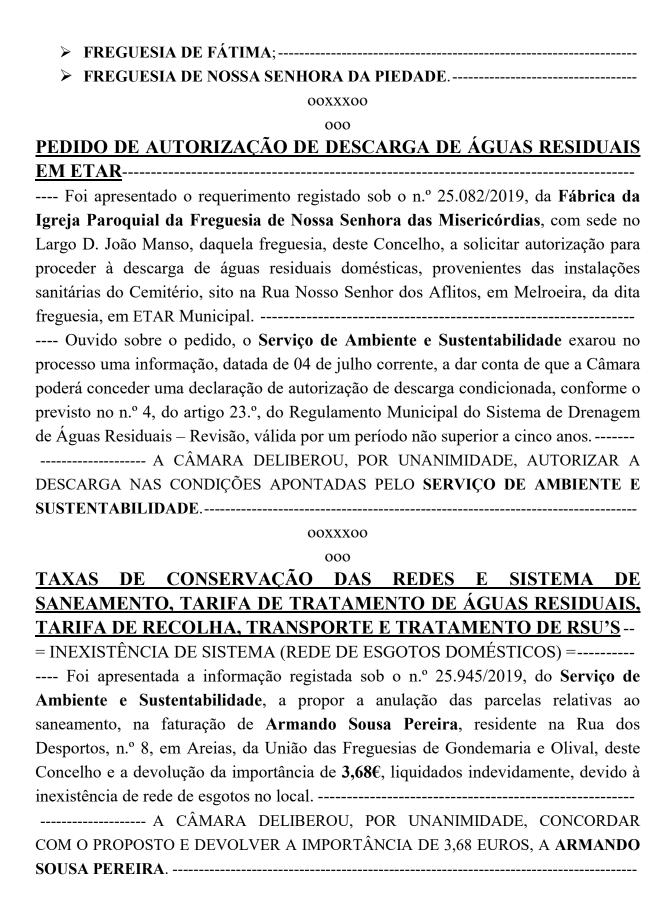
ooxxxoo 000 <u>ACIDENTE DE VIAÇÃO</u> ------= PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO =--------- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 4748/2019, de Paulo Ricardo Gonçalves do Vale, residente na Rua Luís Fernandes de Carvalho e Reis, n.º 90, rés do chão esquerdo, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a informar de que no dia 27 de janeiro transato, sofreu um acidente de viação quando circulava na Travessa da Escola, em Lagoa do Furadouro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, também deste Concelho, tendo danificado a viatura, de matrícula 22-16-OT, marca Nissan, modelo Almera, devido à existência de uma pedra, tapada com erva, na berma da estrada (numa curva sem visibilidade) e a solicitar o ressarcimento da importância de 3.052,64€, referente aos danos causados, conforme documentação que anexa.--------- O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos: -----Informação, datada de 12 de março último, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, a dar conta de que, em deslocação ao local, não foi possível confirmar as circunstâncias em que ocorreu o acidente, apenas confirmar as caraterísticas do local; -----Informação, datada de 10 de maio último, do Setor de Património, a dar conta de que, considerando a apólice de seguros em vigor, o montante máximo a pagar é de 305,26€; -----Carta, datada de 11 de junho findo, da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., com sede no Largo do Calhariz, em Lisboa, a informar de que não há lugar a qualquer indemnização no processo em apreço. ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR PAULO RICARDO GONÇALVES DO VALE DE QUE TENCIONA INDEFERIR O PEDIDO, EM VIRTUDE DO MESMO NÃO ESTAR INSTRUÍDO COM RELATÓRIO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 121.º E 122.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO.-----



ooxxxoo

000

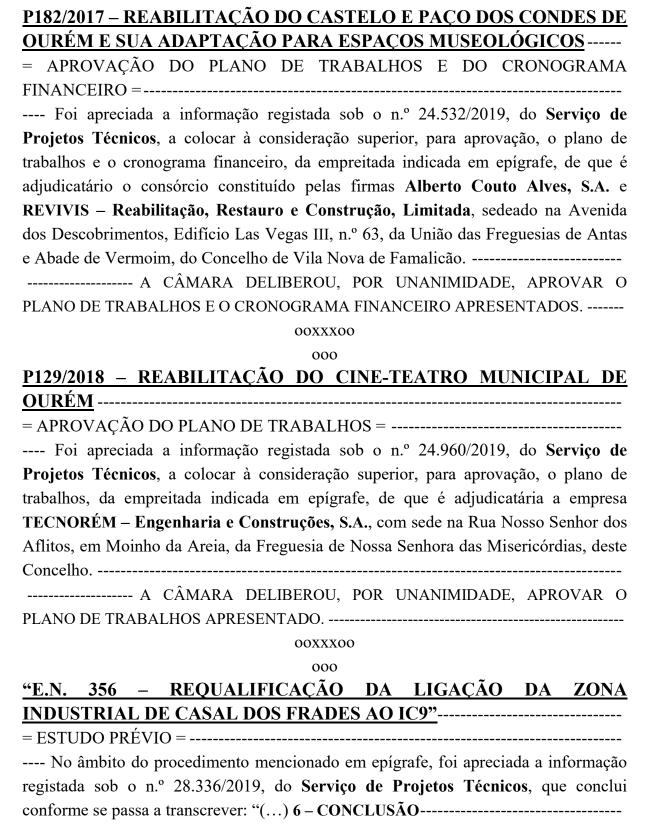


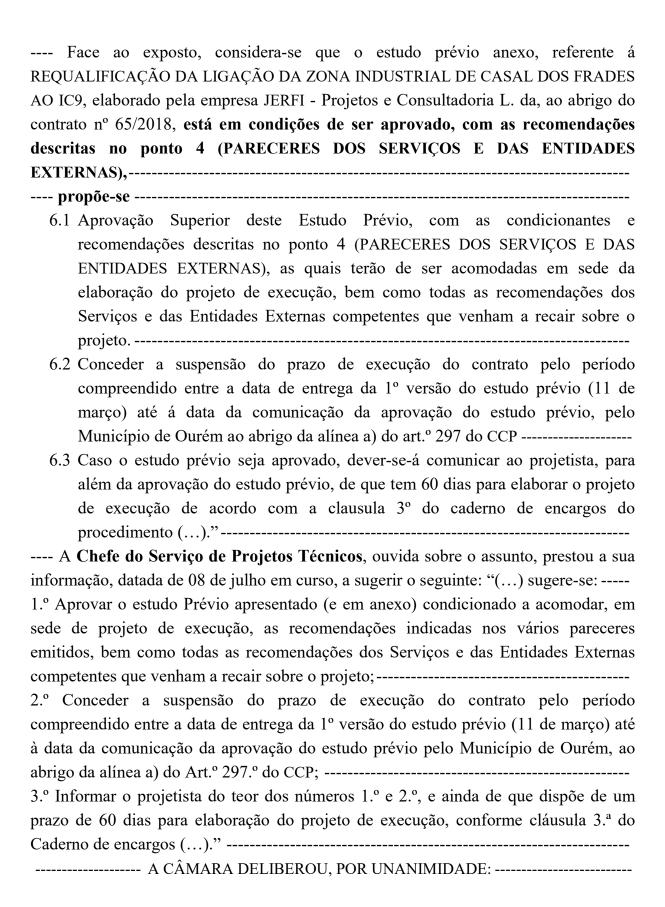




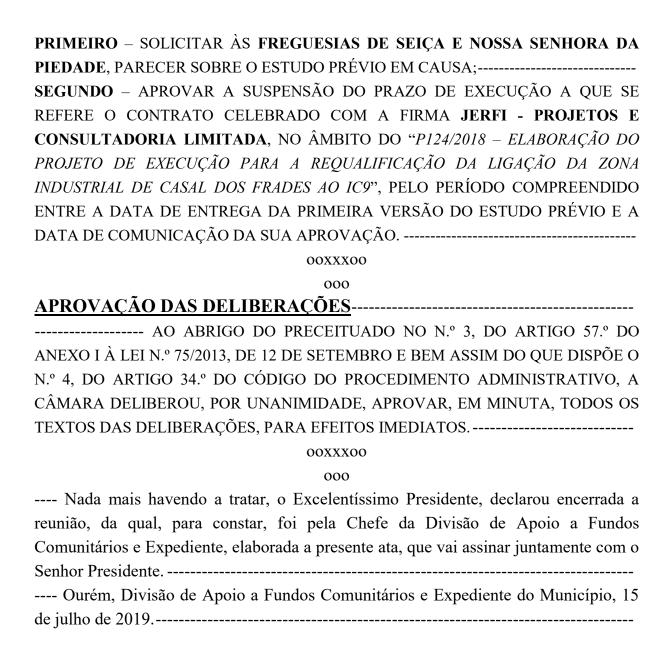
ooxxxoo

000









O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 15/07/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 01 de julho de 2019.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Cedência do espaço "Ucharia do Conde" Carta registada sob o n.º 18.762/2019, da ADIRN Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte;
- = Projeto "Medidas de AutoProteção" Carta registada sob o n.º 27.243/2019, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- = Saúde Oral Para Todos Proposta de Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. Carta regista sob o n.º 27.969/2019, da entidade;
- = Propostas de protocolos:
 - 1. Centro Cultural e Recreativo do Olival Informação registada sob o n.º 25.661/2019-A, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
 - 2. Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima Informação registada sob o n.º 17.784/2019-A, do Chefe da DGF;
 - 3. Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Freixianda Informação registada sob o n.º 29.387/2019-A, do Chefe da DGF.

2.1. SETOR DE PATRIMÓNIO

- = Alienação de dois lotes de terreno Rua Nossa Senhora do Patrocínio Matas União das Freguesias de Matas e Cercal Hasta Pública Processo registado sob o n.º 20.597/2019, instruído com a informação, datada de 09 de julho em curso, do Serviço de Património;
- = Alienação do Lote n.º 6 do Loteamento 10/87 Quebranço Freguesia de Fátima Carta registada sob o n.º 25.565/2019, de Purificação Pereira dos Reis.

2.2. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Listagem de Ajustes Diretos Simplificados Junho de 2019 Informação registado sob o n.º 27.181/2019, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);
- = P012/2019 Aquisição de serviços de seguros para o período de 01/07/2019 a 30/06/2021 Processo registado sob o n.º 26.385/2019, instruído com a informação, datada de 10 de julho em curso, do SCPA;



- = "P084/2019 Requalificação da rede viária municipal Várias ruas na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais" Processo registado sob o n.º 7609/2019, instruído com a informação, datada de 05 do corrente mês, do SCPA;
- = "P086/2019 Reabilitação viária da zona da Lomba de Égua e Travessa de Santa Clara Fátima" Processo registado sob o n.º 4703/2018, instruído com a informação, datada de 05 do corrente mês, do SCPA.

3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = P028/2016 Reabilitação do "Caminho Municipal Matas/Espite 2.ª fase Receção provisória Informação registada sob o n.º 20.843/2019, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos;
- = Utilização das Piscinas Municipais de Ourém Carta registada sob o n.º 27.272/2019, da APDAF Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família;
- = Pedido de materiais Carta registada sob o n.º 30.177/2018, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar pedido de Carlos Manuel da Silva Mendes.

4. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Clube Atlético Ouriense – Pedido de cadeiras – Carta registada sob o n.º 25.110/2019, do clube.

5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Pedidos de apoio à natalidade e à infância:
 - 1. Informação registada sob o n.º 7556/2019-A, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
 - 2. Informação registada sob o n.º 13.196/2019-A, da DEASS;
 - 3. Informação registada sob o n.º 23.835/2019-A, da DEASS;
 - 4. Informação registada sob o n.º 25.389/2019, da DEASS;
 - 5. Informação registada sob o n.º 26.038/2019, da DEASS;
 - 6. Informação registada sob o n.º 26.083/2019, da DEASS;
 - 7. Informação registada sob o n.º 26.120/2019, da DEASS;
 - 8. Informação registada sob o n.º 26.540/2019, da DEASS;
 - 9. Informação registada sob o n.º 27.764/2019, da DEASS;
 - 10. Informação registada sob o n.º 27.828/2019, da DEASS;
 - 11. Informação registada sob o n.º 28.162/2019, da DEASS;
 - 12. Informação registada sob o n.º 28.198/2019, da DEASS;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social Utilizador doméstico Informação registada sob o n.º 28.331/2019, da DEASS.

6. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidente de viação Pedido de indemnização Requerimento registado sob o n.º 4748/2019, de Paulo Ricardo Gonçalves do Vale, sobre acidente ocorrido em Lagoa do Furadouro Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, no dia 27/01/2019;
- = Venda de terreno no Cemitério Municipal de Ourém Requerimento registado sob n.º 23.202/2019, de Angelino Tadeu Ferreira da Costa;
- = Proposta de alteração do Regulamento das Zonas e Parques de Estacionamento Tarifado Informação registada sob o n.º 26.878/2019, do Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso.



7. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n.º 25.082/2019, da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos) Informação registada sob o n.º 25.945/2019, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade.

8. SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS

- = P182/2017 Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para Espaços Museológicos Aprovação do Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro Informação registada sob o n.º 24.532/2019, do Serviço de Projetos Técnicos (SPT);
- = P129/2018 Reabilitação do Cine-Teatro Municipal de Ourém Aprovação do Plano de Trabalhos Informação registada sob o n.º 24.960/2019-A, do SPT;
- = "E.N. 356 Requalificação da ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9" Estudo Prévio Informação registada sob o n.º 28.336/2019, do SPT.

Câmara Municipal de Ourém, 10 de julho de 2019

O Vice-Presidente da Câmara

Natálio de Oliveira Reis



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 01-07-2019 a 12-07-2019

Processo nº	Requerente	Local
195/2019	Condomínio do Edifício Olaria, n.º 27	Rua da Olaria – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
293/2018	Décio Filipe Santos Silva	Rua Pedro Pais Faria Coupers – Caneiro - Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias
7/2019	Ernesto Pereira da Silva	Lagoa do Furadouro – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
218/2018	Grupo Desportivo Sobralense	Rua do Grupo Desportivo – Sobral - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
236/2018	Luís António Reis Frazão	Rua Visconde do Montelo – Montelo - Freguesia de Fátima
171/2018	Luís Morgado Gomes	Rua de São Francisco, n.º 188 – Reca – da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
200/2017	Manuel da Cruz dos Santos	Estrada do Outeiro da Calçada – Gondemaria – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
329/2018	Oliveiros Gonçalves Faria	Zona Industrial de Casal dos Frades, n.º 87 – Freguesia de Seiça

Ourém 15 de julho de 2019

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 01/07/2019 a 12/07/2019

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
25962	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de Ruído
25528	Freguesia de Espite	Licença de Ruído
25329	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença de Ruído
25360	Jorge Manuel Henriques dos Santos	Concessão de terreno para sepultura perpétua
26015	Diogo Miguel Carvalho Silva	Vendedor de Mercado
27752	Pereira & Guerra, Lda	Inspeção periódica do Elevad
27752	Pereira & Guerra, Lda	Inspeção periódica do Elevad
27750	Pereira & Guerra, Lda	Inspeção periódica do Elevad
24899	Hotel Avenida de Fátima	Inspeção periódica do Elevad
25311	Nelson Charneca & Lereno, Lda.	Averbamento de viatura de Taxi
27490	Freguesia de Espite	Outras Atividades que podem afetar o trânsito Normal
26015	Diogo Miguel Carvalho Silva	Vendedor de Mercado
26019	Maria da Piedade Martins Jácome, Unipessoal, Lda.	Vendedor de Mercado
28651	Fábrica da Igreja paroquial da Freguesia de Espite	Licença Especial de Ruído
28386	Moto Club Riopirata-Clube Motard de Rio de Couros	Licença Especial de Ruido
28341	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença Especial de Ruído
28648	Fábrica da Igreja paroquial da freguesia de Espite	Licença Especial de Ruído
28902	Oure arte-Escola de Música e Artes	Licença Especial de Ruído



de Outem

Ourém, 15 de julho de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CENTRO DE CULTURAL RECREATIVO DO OLIVAL – "PROVA DO CAMPEONATO NACIONAL DE DRIFT EM OURÉM – 2019"

Considerando que:

- O Centro Cultural e Recreativo do Olival (CCRO) tem assumido um importante papel no desenvolvimento do desporto motorizado, enquanto entidade organizadora de provas de carácter regional e nacional;
- O CCRO pretende promover a organização de uma prova do Campeonato de Drift a realizar, em Ourém, nos dias 3 e 4 de agosto.
- 3. A atividade a desenvolver é particularmente relevante no que concerne ao desenvolvimento do desporto motorizado no concelho e à sua promoção no exterior;
- 4. As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução do investimento a executar;
- 5. Os municípios dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto, de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém, representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Centro Cultural e Recreativo do Olival, pessoa coletiva com o NIPC 502 600 713, com sede na Rua da Fonte, n.º 10, em Olival, 2490-576 Ourém, representado neste ato pelo Presidente da Direção, Nuno Ricardo Oliveira Capitão.



O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da realização de Prova do Campeonato Nacional de Drift em Ourém – 2019.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 15.000,00 euros (Quinze Mil Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 7.500,00 euros (Sete Mil e Quinhentos Euros) em julho de 2019;
 - b. 7.500,00 euros (Sete Mil e Quinhentos Euros), em agosto de 2019;
- O pagamento da segunda e última prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.



	faz parte integrante do presente pr			deciara	ção em Ane:	xo —	ı, a qua
		_	.	-ll	-~ A		
			da	(entidade		bancária
	Centro Cultural e Recreativo do	Olival,	com o	número	de identifica	ação	bancária
4.	O pagamento será efetuado por	transfe	rência b	ancária,	para a conta	a ban	cária do

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Assumir as seguintes responsabilidades:
 - a. Promover a existência de um recinto fechado com ingressos pagos, revertendo os primeiros 7.500 euros cobrados a favor do Município de Ourém, a transferir em agosto de 2019, condicionando o município, o pagamento da última prestação de apoio, ao cumprimento prévio do disposto nesta alínea;
 - b. Coordenação geral;



- c. Divulgação e comunicação geral do evento;
- d. Construção e manutenção do site oficial e das páginas oficiais do evento nas redes sociais;
- e. Pagamento do valor estipulado pela federação ou entidades que regulam a prova e respetivas licenças;
- f. Pagamento dos prémios monetários do evento, caso existam;
- g. Pagamento dos serviços da Equipa Médica Oficial;
- h. Contratualização dos serviços de pronto-socorro, dos semi-reboques, viaturas ligeiras de apoio, empilhadores, gerador, elevador, balanças e eventual plataforma necessária para as verificações técnicas;
- i. Fornecer as refeições aos colaboradores do evento;
- j. Contratualização dos demais serviços de logística que se revelem necessários;
- k. Executar os Troféus Oficiais do evento;
- Contratualizar o alojamento para pilotos, bem como para os oficiais em serviço na prova, caso necessário;
- m. Fornecer toda a documentação e road-book da prova;
- n. Execução dos elementos identificativos do staff oficial;
- contratação da execução dos suportes publicitários, incluindo cartazes, mupis, publicidade móvel, pendões, outdoors, autocolantes da publicidade obrigatória e numeração dos carros participantes e outras formas de divulgação que venham a ser encetadas;
- p. Encargos com o policiamento do evento (GNR e PSP) e segurança (Bombeiros).
- q. Assegurar o transporte e colocação de grades nas zonas de segurança.

CLÁUSULA 5.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

- O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:
 - a) Ceder instalações no Centro de Municipal de Exposições de Ourém durante o período de 26 de julho a 5 de agosto e ceder uma sala de 14 de julho a 5 e agosto.
 - b) Disponibilizar a utilização dos balneários das Piscinas de Ourém para as equipas poderem tomar banho;



- c) Disponibilizar equipamento para o som exterior da prova;
- d) Promover a impressão de pulseiras (bilhetes) do evento;
- e) Fornecer brindes para os participantes;
- f) Disponibilizar internet do Centro Municipal de Exposições;
- g) Promover a limpeza das estradas do percurso, antes e após o evento.

CLÁUSULA 6.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar.

CLÁUSULA 7.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e ao estabelecido na cláusula 5.ª do presente protocolo, sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, no evento, do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante



não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.



CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
	oreende <u>8</u> folhas às quais se juntam rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da os mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um c	de 2019, em dois exemplares de deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Margues Grossinho Coutinho	Nuno Ricardo Oliveira Capitão

Albuquerque



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS REPARADORAS DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA — "IMPLEMENTAÇÃO DE UMA CRECHE EM FÁTIMA"

Considerando que:

- A Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima é uma pessoa coletiva religiosa legalmente estabelecida.
- A entidade religiosa referida no número anterior pretende implementar uma creche nas suas instalações sitas em Fátima, sendo necessário promover a adaptação do edificado existente.
- É conhecida a reduzida oferta deste tipo de equipamento neste território e a elevada procura existente.
- 4. A implementação desta creche em Fátima, visa aumentar a oferta existente, promovendo-se melhores condições no apoio à família e particularmente à natalidade.
- 5. O espaço a intervir é propriedade da Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima.
- As receitas próprias da Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 7. Os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação e dos tempos livres, de acordo com as alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque;



е

SEGUNDO OUTORGANTE: Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, pessoa coletiva com o NIPC 500 835 560, com sede na Rua de Santo António, n.º 71, em Fátima, Freguesia de Fátima, representada neste ato pela Irmã Ana Paula Rodrigues Teixeira.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Implementação de uma Creche em Fátima, conforme projeto no anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 20.000,00 euros (Vinte Mil Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. O montante do apoio corresponde a 20% do valor total previsto realizar pela entidade no âmbito do investimento em objeto.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 20% do investimento realizado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:



- a. 6.666,66 euros (Seis Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Euros e Sessenta e Seis Euros), em setembro de 2019;
- b. 6.666,67 euros (Seis Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Euros e Sessenta e Sete Cêntimos), em janeiro de 2020;
- c. 6.6666,67 euros (Seis Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Euros e Sessenta e Sete Cêntimos), em junho de 2020.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento será efectuado por transferência bancária, par	a a conta bancária da
	Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de	Fátima, com o número
	de identificação bancária	da entidade bancária
	, conforme declaração	em Anexo – II, a qual
	faz parte integrante do presente contrato.	

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito



do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante cinco anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.



CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da aquisição objeto de apoio)

A execução física e financeira da aquisição objeto de apoio será monitorizada e acompanhada por equipa ou técnico definido pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa comparticipados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do investimento a executar, do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:		
Câmara Municipal:		
. ——— Assembleia Municinal:		



presente Protocolo de Colaboração compreende <u>7</u> folhas às quais se juntam		
olhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da		
folha 7, em virtude de conter as assinaturas o	dos mesmos.	
Celebrado aos () dias do mês de	de 2019, em dois exemplares de	
igual teor e validade, destinando-se cada um	deles aos seus Outorgantes.	
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,	
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho	Irmã Ana Paula Rodrigues Teixeira	
Albuquerque	S	



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE FREIXIANDA – "REABILITAÇÃO DO ADRO DA CAPELA DE S. JORGE - FREIXIANDA"

Considerando que:

- A Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda pretende promover a reabilitação do Adro da Capela de S. Jorge - Freixianda
- 2. O espaço a intervir é propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda.
- 3. A Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda é uma pessoa coletiva religiosa legalmente estabelecida.
- 4. As receitas próprias da Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 5. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, de acordo com as alíneas a) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respectiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque.

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Freixianda, pessoa coletiva religiosa como NIPC 501 195 530, com sede na rua Padre Faustino, 2435-283, Freixianda, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Padre Joaquim Almeida Baptista.



O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Reabilitação do Adro da Capela de S. Jorge -

Freixianda", conforme projeto técnico previsto no Anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 10.900,00 euros (Dez Mil e Novecentos Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 5.450,00 euros (Cinco Mil, Quatrocentos e Cinquenta Euros), em agosto 2019;
 - 5.450,00 euros (Cinco Mil, Quatrocentos e Cinquenta Euros), em outubro de 2019;
- O pagamento da segunda e última prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da



respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

	faz parte integrante do presente contrato.			
	, confc	orme declara	ıção em Anexo -	II, a qual
		da	entidade	bancária
	Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda, c	om o númer	o de identificação	bancária
4.	O pagamento será efectuado por transferên	cia bancária	, para a conta bai	ncária da

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.



- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato:
- i) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da aquisição objeto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.



CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.



CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	_
Assembleia Municipal:	-
O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>7</u> folhas	às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos	Outorgantes, à exceção da
folha 7, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.	
Celebrado aos () dias do mês de de 2	019, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Ou	torgantes.



Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque	Padre Joaquim Almeida Baptista